



Câmara aprova projeto do governo do arcabouço fiscal com folga

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de hoje (22) o projeto do novo regime fiscal (Projeto de Lei Complementar 93/23) em substituição ao atual teto de gastos, o chamado arcabouço fiscal. O projeto é considerado central para a governabilidade de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, costurou o modelo que garante maior mobilidade orçamentária do que o anterior, mas mantém a responsabilidade fiscal e a previsibilidade, bem aceitos pelos operadores do mercado.

No fim, com um quórum de 444 deputados, 379 parlamentares foram favoráveis à matéria e apenas 64 contrários. “Com o novo arcabouço fiscal proposto pelo governo em diálogo com o Congresso, temos a oportunidade de retomar os investimentos públicos em áreas fundamentais para o desenvolvimento do país, como educação, ciência e tecnologia”, comentou a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos.

O parlamentar Airton Faleiro (PT-PA) também defendeu o arcabouço fiscal para o bom andamento da máquina pública. “Vamos remeter agora ao presidente Lula para sancionar. Va-

mos cuidar de outras questões que a sociedade brasileira espera de nós, como a votação da Reforma Tributária, leis que nos deem condições de crescer, com distribuição de renda. O que nos limitava era o teto de gastos”, disse.

Destaques e emendas

Antes da votação, o arcabouço passou por um processo de discussão no Senado. Lá, o projeto recebeu uma série de emendas relevantes. Entre elas, a retirada do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do limite de gastos do Executivo.

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), comemorou a construção política de um acordo no Colégio de Líderes em volta das emendas. “Tivemos um acordo e é importante destacar que a relatoria cumpriu totalmente o acordo no Colégio de Líderes. Para quem diz que o governo não tem responsabilidade com as contas públicas, percebe que garantimos a estabilidade e a previsibilidade. Isso é fundamental com a responsabilidade social.”

“Tudo isso mantendo algo fundamental para o país que é o Fundeb fora do limite. Sua retirada representa uma conquista enorme para a educação pública brasileira e para o governo”, completou. O deputado Guilherme Boulos (Psol-SP) também falou sobre a retirada do Fundeb do limite. “O Fundeb, criado em 2007 pelo presidente Lula, é essencial para o cumprimento do piso do magistério, para plano de carreira e valorização da educação. Para termos maior qualidade das escolas. É investimento, não é gasto”, disse.

No fim, o acordo deu resultado e as emendas foram apoiadas por ampla maioria. Apenas a minoria, partidos como PL, de Jair Bolsonaro, e Novo, de Romeu Zema, foram contrários aos investimentos.

Também ficou acertado que, todo ano, haverá limites da despesa primária de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Se o patamar mínimo para a meta de resultado primário não for atingido, o governo deverá, obrigatoriamente, adotar medidas de contenção de despesas.

Fonte: CUT



FAQ: processo seletivo de vagas ociosas na UFMA

Universidade Federal do Maranhão publicou o Edital PRO-EN/UFMA nº 197/2023 para preenchimento de vagas ociosas do SiSU em cursos de graduação na modalidade presencial. As vagas são para ingresso no segundo semestre letivo de 2023.2. O processo seletivo de vagas ociosas ofertará 898 vagas para cursos de graduação com base nas notas do Enem de 2010 a 2022. A fim de tirar dúvidas a respeito do processo, a Pró-reitoria de Ensino (Proen) preparou uma FAQ, que pode ser lida abaixo:

1. Como funciona o processo de preenchimento das vagas ociosas?

O processo de preenchimento das Vagas Ociosas ocorre por intermédio de Edital de Processo Seletivo. Após a aprovação, o candidato enviará a documentação para análise da banca e, se tudo estiver correto, a Pré-Matrícula será deferida.

2. Serão usadas as notas do Enem dos anos anteriores ou somente da última edição (Enem 2022)?

O Processo Seletivo tomará como base o resultado obtido pelo candidato em uma das edições de 2010 a 2022, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em ordem decrescente das notas obtidas por meio do cálculo da média aritmética simples do resultado nas 04 (quatro) áreas do conhecimento e na Redação.

3. Quem pode participar do Processo Seletivo de Vagas Ociosas?

Candidatos que participaram de todas as fases de uma das edições de 2010 a 2022, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e que não estejam atualmente matriculados na UFMA.

4. Como se inscrever no Processo Seletivo de Vagas Ociosas?

As inscrições serão realizadas exclusivamente via internet, no endereço eletrônico (<https://ociosas.ufma.br>), de acordo com o prazo estabelecido no Cronograma de realização do Processo Seletivo.

5. Precisa pagar alguma taxa para se inscrever no Seletivo?

Não haverá pagamento de taxa de inscrição no Processo Seletivo. A inscrição será GRATUITA.

6. Se, durante o processo de matrícula, algum documento for indeferido o que devo fazer?

O candidato que tiver a documentação INDEFERIDA poderá retificar a documentação, no prazo estipulado no Edital do Processo Seletivo.

Fonte: UFMA



ACOMPANHE O PROGRAMA NA TV ALTERNATIVA CANAL 19.1 AOS
SÁBADOS 10:30 E REPRISSE AOS DOMINGOS TAMBÉM ÀS 10:30 E EM
NOSSAS REDES SOCIAIS TODAS AS SEGUNDAS A PARTIR DE 16H

f @ t v
sindseparanhoa